



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Exercícios comentados para fixação do aprendizado.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





CNU

CNU - CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

Bloco 8 – Intermediário Saúde

**EDITAL ENAP Nº 114, DE 30 DE JUNHO
DE 2025**

**CÓD: OP-005JL-25
7908403576807**

Língua Portuguesa

1. Compreensão de textos; Coerência e coesão	7
2. A organização textual dos vários modos de organização discursiva	15
3. Ortografia e acentuação gráfica.....	22
4. Classe, estrutura, formação e significação de vocábulos; Derivação e composição; emprego do pronome relativo; As classes de palavras: aspectos morfológicos, sintáticos e estilísticos.....	25
5. A oração e seus termos; A estruturação do período	33
6. Linguagem figurada	37
7. Norma padrão: concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal	37
8. Emprego do acento grave	40
9. Colocação pronominal	41
10. Pontuação	43

Matemática

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; potências e raízes	49
2. múltiplos, divisores, números primos.....	61
3. Sistema de Unidades de Medida : comprimento, área, volume, massa e tempo	62
4. Razão e proporção	65
5. regra de três simples e composta	66
6. porcentagem, juros simples e compostos.....	68
7. Probabilidade.....	71
8. Estatística básica: leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, mediana e moda)	74

Noções de Direito

1. Direito e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Direitos sociais. Nacionalidade. Cidadania. Garantias constitucionais individuais. Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos	83
2. A Organização do Estado. Administração pública (artigos de 37 a 41, da Constituição Federal de 1988).....	94
3. Direito administrativo. Conceito, fontes e princípios	100
4. Organização administrativa da União; administração direta, indireta, centralizada e descentralizada	103
5. Agentes públicos: poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos	107
6. Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações): provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa.....	119
7. Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder	144
8. Ato administrativo: validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vínculo e discricionariedade.....	151
9. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; delegação: concessão, permissão, autorização.....	163
10. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo	175
11. responsabilidade civil do Estado	178

12. sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, Lei nº 14.230/2021 e suas alterações).....	183
13. Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999 e suas alterações).....	200
14. Acesso à informação no âmbito da Administração Pública (Lei nº 12.527/2011)	206
15. Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018	213
16. Noções de Direito do Consumidor (Lei nº 8.076, de 1990).....	227
17. Noções de Defesa da Concorrência. (Lei nº 12.529/2011)	227

Realidade Brasileira

1. Dinâmica social no Brasil: estratificação, desigualdade e exclusão social.....	249
2. Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: crianças e adolescentes; idosos; LGBTQIA+; pessoas com deficiências; pessoas em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais minorias sociais.....	250
3. Desenvolvimento econômico, concentração da renda e riqueza	252
4. Desenvolvimento sustentável e meio ambiente	272
5. Matriz energética: fontes renováveis e não renováveis; mudança climática; transição energética	272
6. Desenvolvimento urbano brasileiro: redes urbanas; metropolização; crescimento das cidades e problemas urbanos	274
7. Desenvolvimento nacional e infraestrutura.....	275
8. Desigualdades regionais	276

Saúde

1. Conceito de saúde e processo saúde-doença; Determinantes e condicionantes do processo saúde-doença	281
2. Prevenção de doença e promoção da saúde.....	283
3. Políticas de Saúde no Brasil; Sistema Único de Saúde. Lei nº 8.080/1990.....	285
4. Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer	302
5. Modelos técnico-sistêmicas em saúde	309
6. Educação em saúde	311
7. Atenção à saúde de doenças transmissíveis e não transmissíveis e outros agravos à saúde	311
8. Trabalho em equipe multidisciplinar / interdisciplinar / transdisciplinar	314
9. Programa Nacional de Humanização (PNH).....	319
10. Aspectos éticos e bioéticos nos estudos e pesquisas em saúde.....	321
11. Vigilância em saúde no contexto do SUS: vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, vigilância sanitária e vigilância da saúde do trabalhador.....	325
12. Noções de epidemiologia: conceitos, ocorrência e medição; Sistemas de informação em saúde; Tipos de estudos; Indicadores de saúde	327
13. Biossegurança; Acidentes de trabalho e medidas de proteção; Regulamentos e normas de higiene pessoal e ambiental: Norma Regulamentadora 32 (NR 32); Controle de qualidade em laboratório; Gestão de riscos e segurança do paciente/usuário e trabalhadores.....	337

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO DE TEXTOS; COERÊNCIA E COESÃO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para aprofundar o enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem cla-

ramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade e descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.



– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante se atentar a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar clara o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- Texto Literário: No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- Texto Não Literário: Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode destacar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do

meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

– Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve sua ideia com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando o seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de tela prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento da ideia. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.

- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.

- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização da criança, citando estudos que mostram o contrário.

- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS; POTÊNCIAS E RAÍZES

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses grupos de elementos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra $\mathbb{N}$ e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

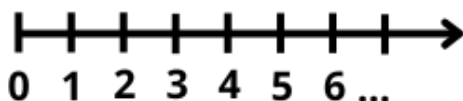
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.

$\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

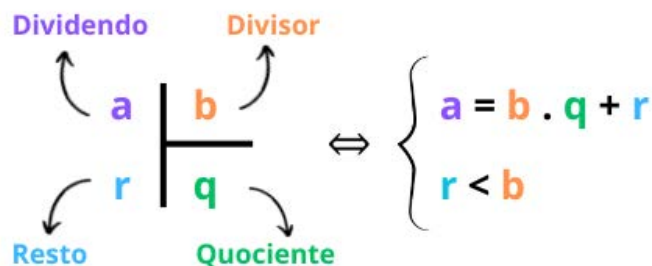
Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$

- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$

– A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em $\mathbb{N}$

- 1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- 3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- 4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$
- 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1. Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

2. João e Maria disputam a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branco	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Solução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

3. Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Solução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Solução:

Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS ($\mathbb{Z}$)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula $\mathbb{Z}$ e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$



O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

$\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos.

$\mathbb{Z}_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0\}$: conjunto dos números inteiros não positivos.

$\mathbb{Z}_+^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.

$\mathbb{Z}_-^* = \{\dots, -4, -3, -2, -1\}$: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

Módulo

O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo $| \cdot |$.

O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$

O módulo de +6 é 6 e indica-se $|+6| = 6$

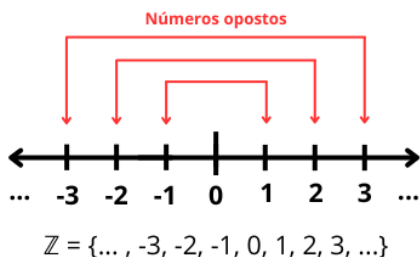
O módulo de -3 é 3 e indica-se $|-3| = 3$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Exemplo: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$. Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.

**Operações com Números Inteiros****Adição de Números Inteiros**

Para facilitar a compreensão dessa operação, associamos a ideia de ganhar aos números inteiros positivos e a ideia de perder aos números inteiros negativos.

Ganhar 3 + ganhar 5 = ganhar 8 ($3 + 5 = 8$)

Perder 4 + perder 3 = perder 7 ($-4 + (-3) = -7$)

Ganhar 5 + perder 3 = ganhar 2 ($5 + (-3) = 2$)

Perder 5 + ganhar 3 = perder 2 ($-5 + 3 = -2$)

Observação: O sinal (+) antes do número positivo pode ser omitido, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

Subtração de Números Inteiros

A subtração é utilizada nos seguintes casos:

– Ao retirarmos uma quantidade de outra quantidade;
– Quando temos duas quantidades e queremos saber a diferença entre elas;

– Quando temos duas quantidades e desejamos saber quanto falta para que uma delas atinja a outra.

A subtração é a operação inversa da adição. Concluímos que subtrair dois números inteiros é equivalente a adicionar o primeiro com o oposto do segundo.

Observação: todos os parênteses, colchetes, chaves, números, etc., precedidos de sinal negativo têm seu sinal invertido, ou seja, representam o seu oposto.

Multiplicação de Números Inteiros

A multiplicação funciona como uma forma simplificada de adição quando os números são repetidos. Podemos entender essa situação como ganhar repetidamente uma determinada quantidade. Por exemplo, ganhar 1 objeto 15 vezes consecutivas significa ganhar 15 objetos, e essa repetição pode ser indicada pelo símbolo "x", ou seja: $1 + 1 + 1 + \dots + 1 = 15 \times 1 = 15$.

Se substituirmos o número 1 pelo número 2, obtemos: $2 + 2 + 2 + \dots + 2 = 15 \times 2 = 30$

Na multiplicação, o produto dos números "a" e "b" pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

Divisão de Números Inteiros

Considere o cálculo: $-15/3 = q$ à $3q = -15$ à $q = -5$

No exemplo dado, podemos concluir que, para realizar a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro (diferente de zero), dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

No conjunto dos números inteiros $\mathbb{Z}$, a divisão não é comutativa, não é associativa, e não possui a propriedade da existência do elemento neutro. Além disso, não é possível realizar a divisão por zero. Quando dividimos zero por qualquer número inteiro (diferente de zero), o resultado é sempre zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Regra de sinais

Multiplicação		Divisão	
$+$	$\times$	$+$	$\div$
$-$	$\times$	$-$	$\div$
$-$	$\times$	$+$	$\div$
$+$	$\times$	$-$	$\div$

Potenciação de Números Inteiros

A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a base e o número n é o expoente.

$a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, ou seja, a é multiplicado por a n vezes.



- Qualquer potência com uma base positiva resulta em um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é par, então o resultado é um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é ímpar, então o resultado é um número inteiro negativo.

Potenciação

As propriedades básicas da potenciação são:

1	$a^m \cdot a^n = a^{m+n}$	Exemplo: $2^3 \cdot 2^2 = 2^5$
2	$\frac{a^m}{a^n} = a^{m-n}$	Exemplo: $3^4 : 3^2 = 3^2$
3	$(a^m)^n = a^{m \cdot n}$	Exemplo: $(2^3)^2 = 2^6$
4	$(a \cdot b)^n = a^n \cdot b^n$	Exemplo: $(2 \cdot 7)^2 = 2^2 \cdot 7^2$
5	$\left(\frac{a}{b}\right)^n = \frac{a^n}{b^n}$	Exemplo: $\left(\frac{3}{7}\right)^2 = \frac{3^2}{7^2}$
6	$a^0 = 1, \quad a \neq 0$	Exemplo: $2^0 = 1$
7	$a^{-n} = \frac{1}{a^n}$	Exemplo: $2^{-2} = \frac{1}{2^2}$
8	$\left(\frac{1}{a}\right)^n = a^{-n}$	Exemplo: $\left(\frac{1}{2}\right)^3 = 2^{-3}$
9	$a^{\frac{m}{n}} = \sqrt[n]{a^m}$	Exemplo: $3^{\frac{2}{3}} = \sqrt[3]{3^2}$

NOÇÕES DE DIREITO

DIREITO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS. DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE. DIREITOS SOCIAIS. NACIONALIDADE. CIDADANIA. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS INDIVIDUAIS. GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS, SOCIAIS E POLÍTICOS

Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecuratório.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

– Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- b) ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- c) estão ligados ao ideal de liberdade;
- d) são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- e) possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da atuação opressora do Estado;
- f) são os direitos civis e políticos.

– Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no início do século XX;
- b) apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- c) estão ligados ao ideal de igualdade;
- d) são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- e) correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

– Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais		
	Natureza	Destinatários
Difusos	Indivisível	Indeterminados
Coletivos	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
Individuais Homogêneos	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- a) surgiram no século XX;
- b) estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;
- c) são direitos positivos, a exigir do Estado e dos diferentes povos uma firme atuação no tocante à preservação dos bens de interesse coletivo;
- d) correspondem ao direito de preservação do meio ambiente, de autodeterminação dos povos, da paz, do progresso da humanidade, do patrimônio histórico e cultural, etc.

– Direitos Fundamentais de Quarta Geração

Segundo Paulo Bonavides, a globalização política é o fator histórico que deu origem aos direitos fundamentais de quarta geração. Eles estão ligados à democracia, à informação e ao pluralismo. Também são transindividuais.

– Direitos Fundamentais de Quinta Geração

Paulo Bonavides defende, ainda, que o direito à paz representaria o direito fundamental de quinta geração.

Características dos Direitos e Garantias Fundamentais

São características dos Direitos e Garantias Fundamentais:

- a) **Historicidade:** não na certeza de uma só vez, revela do sua índole evolutiva;
- b) **Universalidade:** destinam-se a todos os indivíduos, independentemente de características pessoais;
- c) **Relatividade:** não são absolutos, mas sim relativos;
- d) **Irrenunciabilidade:** não podem ser objeto de renúncia;
- e) **Inalienabilidade:** são indisponíveis e inalienáveis por não possuírem conteúdo econômico-patrimonial;
- f) **Imprescritibilidade:** são sempre exercíveis, não desaparecendo pelo decurso do tempo.

Destinatários dos Direitos e Garantias Fundamentais

Todas as pessoas físicas, sem exceção, jurídicas e estatais, são destinatárias dos direitos e garantias fundamentais, desde que compatíveis com a sua natureza.

Eficácia Horizontal dos Direitos e Garantias Fundamentais

Muito embora criados para regular as relações verticais, de subordinação, entre o Estado e seus súditos, passam a ser empregados nas relações provadas, horizontais, de coordenação, envolvendo pessoas físicas e jurídicas de Direito Privado.

Natureza Relativa dos Direitos e Garantias Fundamentais

Encontram limites nos demais direitos constitucionalmente consagrados, bem como são limitados pela intervenção legislativa ordinária nos casos expressamente autorizados pela própria Constituição (princípio da reserva legal).

Colisão entre os Direitos e Garantias Fundamentais

O princípio da proporcionalidade sob o seu triplo aspecto (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) é a ferramenta apta a resolver choques entre os princípios esculpidos na Carta Política, sopesando a incidência de cada um no caso concreto, preservando ao máximo os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente consagrados.

Os quatro status de Jellinek

a) *status passivo ou subjectionis*: quando o indivíduo se encontra em posição de subordinação aos poderes públicos, caracteriza-se do-se como detentor de deveres perante o Estado;

b) *status negativo*: caracterizado por um espaço de liberdade de atuação dos indivíduos sem ingerências dos poderes públicos;

c) *status positivo ou status civitatis*: posição que coloca o indivíduo em situação de exigir do Estado que atue positivamente em seu favor;

d) *status ativo*: situação em que o indivíduo pode influir na formação da vontade estatal, correspondendo ao exercício dos direitos políticos, manifestados principalmente por meio do voto.

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter político;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxa:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; (Regulamento)

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do penado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei; (Regulamento)

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

XLII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

XLIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

XLIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

XLV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

XLVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

XLVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

XLVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

REALIDADE BRASILEIRA

DINÂMICA SOCIAL NO BRASIL: ESTRATIFICAÇÃO, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

A realidade social brasileira

A sociedade brasileira é marcada por uma complexa teia de relações sociais que revelam profundas desigualdades, históricas e estruturais. Essa desigualdade não surgiu por acaso, mas são frutos de um processo histórico que começa no período colonial e atravessa os séculos até o Brasil contemporâneo. Para compreender a dinâmica social do país, é essencial analisar três conceitos-chave: estratificação social, desigualdade social e exclusão social. Esses elementos estão interligados e explicam, em grande parte, a forma de organização e funcionamento da sociedade brasileira.

A dinâmica social diz respeito às transformações e permanências nas relações sociais entre diferentes grupos sociais. No Brasil, essa dinâmica se estrutura fortemente a partir de classes sociais, da distribuição desigual de renda, do acesso diferenciado a direitos e oportunidades, e da histórica marginalização de determinados grupos sociais.

Estratificação social no Brasil

Estratificação social é um conceito que se refere à maneira como uma sociedade organiza seus membros em diferentes camadas ou estratos, com base em critérios como renda, poder, prestígio, escolaridade e acesso a bens e serviços. É uma forma de classificar os indivíduos de acordo com sua posição social. No Brasil, essa estratificação é bastante visível e rígida, ainda que existam mecanismos de mobilidade social.

Historicamente, a sociedade brasileira foi estruturada em grandes divisões: no período colonial, havia uma elite agrária e escravocrata de um lado, e de outro, a população escravizada e posteriormente os trabalhadores livres e pobres. Essa herança permanece visível, embora em novas formas. Hoje, podemos identificar diferentes estratos sociais, como a classe alta (com grande poder aquisitivo e acesso a redes de influência), a classe média (dividida em alta, média e baixa), e a classe baixa, que abrange trabalhadores informais, desempregados e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Os critérios de estratificação no Brasil incluem fatores como:

- **Renda**: A concentração de renda é um dos principais fatores que definem a posição social dos indivíduos.
- **Educacionalidade**: O nível de educação influencia diretamente as oportunidades de emprego e mobilidade social.
- **Cor e raça**: A população negra e parda enfrenta maiores barreiras para ascender socialmente.
- **Gênero**: Mulheres, especialmente negras, ainda recebem salários menores e ocupam menos posições de destaque.

A mobilidade social no Brasil é limitada. Embora existam histórias de superação, o padrão geral indica que as condições socioeconômicas de origem determinam, em grande parte, o

destino social dos indivíduos. Essa dificuldade de mobilidade é reforçada por um sistema educacional desigual, um mercado de trabalho excludente e políticas públicas insuficientes.

Desigualdade social: origem e perpetuação

A desigualdade social no Brasil não é recente. Suas raízes estão no processo de colonização, com a concentração de terras nas mãos de poucos e a exploração do trabalho escravizado. Após a abolição da escravidão, em 1888, os ex-escravizados não tiveram acesso a políticas de inclusão ou reparação, permanecendo à margem da sociedade.

No século XX, o processo de urbanização e industrialização aumentou a desigualdade, criando novas formas de exclusão. A migração do campo para as cidades gerou periferia com pouca infraestrutura, enquanto os centros urbanos concentraram riqueza e oportunidades.

Atualmente, o Brasil é um dos países com maior desigualdade de renda do mundo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Atlas da Desigualdade, os 10% mais ricos concentram mais de 40% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com menos de 15%. Essa desigualdade não se expressa apenas em termos econômicos, mas também no acesso à educação de qualidade, saúde, saneamento básico, moradia e segurança.

A perpetuação da desigualdade se dá por meio de diversos mecanismos:

- **Educação desigual**: As escolas públicas de periferia oferecem estrutura e ensino muito inferiores às instituições privadas frequentadas pelas elites.
- **Mercado de trabalho segmentado**: A informalidade, a precarização do trabalho e a discriminação limitam as oportunidades de ascensão.
- **Falta de políticas redistributivas eficazes**: A ausência de um sistema tributário mais progressivo e políticas públicas robustas contribui para a manutenção das desigualdades.

A desigualdade social brasileira é, portanto, estrutural e sistêmica. Ela não depende apenas da vontade individual, mas de mudanças profundas no modelo econômico e político.

Exclusão social: grupos vulneráveis

Exclusão social refere-se à negação de acesso pleno aos direitos e oportunidades sociais. Trata-se de um processo em que determinados grupos são sistematicamente marginalizados, seja pela ausência de políticas públicas adequadas, seja por preconceitos e discriminações historicamente enraizados.

No Brasil, os principais grupos afetados pela exclusão social incluem:

- **Povos indígenas**: Enfrentam constante violação de direitos, perda de territórios e falta de acesso a saúde e educação específicas.

- População negra e pobre: Sofre com o racismo estrutural, maior vulnerabilidade à violência e menor acesso a emprego e renda

- Mulheres: Além da desigualdade salarial, enfrentam barreiras no mercado de trabalho e altos índices de violência de gênero.

- Pessoas com deficiência: Apesar de avanços legislativos, ainda há exclusão no sistema educacional e no mercado de trabalho.

- População LGBTQIA+: Enfrenta discriminação, violência e dificuldade de acesso a serviços públicos com acolhimento e respeito.

O papel do Estado é central nesse cenário. Muitas vezes, o próprio Estado atua como agente de exclusão, seja por omissão, seja por políticas mal formuladas. A falta de investimentos em saúde, educação e infraestrutura nas periferias urbanas, por exemplo, contribui para reforçar o ciclo da exclusão.

Políticas públicas e desafios para a equidade

Nas últimas décadas, o Brasil implementou uma série de políticas públicas com o objetivo de combater a desigualdade e a exclusão social. Entre os programas mais relevantes, destacam-se:

- Bolsa Família: Programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza.

- Sistema Único de Saúde (SUS): Política pública de saúde universal, que garante atendimento gratuito à população.

- Políticas de cotas raciais e sociais: Implementadas em universidades públicas e concursos públicos para promover equidade de gênero.

- Programa Minha Casa Minha Vida: Iniciativa para facilitar o acesso à moradia para famílias de baixa renda.

Apesar dos avanços, essas políticas enfrentam críticas quanto à sua efetividade, abrangência e continuidade. Muitos programas sofrem cortes orçamentários, mudanças de foco ou são mal gerenciados. Além disso, há uma resistência ideológica por parte de setores da sociedade que enxergam as políticas sociais como privilégios, e não como reparações históricas.

Entre os principais desafios para a equidade no Brasil, destacam-se:

- A criação de um sistema tributário mais progressivo, que taxe mais os ricos e alivie os pobres;

- A ampliação do investimento em educação e saúde pública de qualidade;

- A consolidação de políticas de inclusão com metas claras, controle social e continuidade;

- A promoção de uma cultura de respeito à diversidade e combate ao preconceito.

DESAFIOS SOCIOPOLÍTICOS DA INCLUSÃO DE GRUPOS VULNERABILIZADOS: CRIANÇAS E ADOLESCENTES; IDOSOS; LGBTQIA+; PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS; PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E DEMAIS MINORIAS SOCIAIS

A exclusão como desafio coletivo

A Constituição Federal de 1988 consagrou o Brasil como um Estado Democrático de Direito, fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana, da cidadania e da igualdade. No entanto, na prática cotidiana, inúmeros grupos sociais continuam à margem do acesso pleno aos seus direitos. Crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas e outras minorias sociais enfrentam barreiras que comprometem sua inclusão política, econômica e social.

Esses grupos, por razões históricas, culturais e estruturais, vivenciam múltiplas formas de vulnerabilidade: pobreza extrema, discriminação institucional, violência, dificuldade de acesso a políticas públicas e invisibilidade social. Falar sobre inclusão sociopolítica significa, portanto, compreender os mecanismos que produzem e mantêm a exclusão e pensar em soluções coletivas, baseadas na garantia de direitos e no reconhecimento das diferenças.

Crianças e adolescentes: vulnerabilidade e proteção integral

A infância e a adolescência são fases da vida que requerem proteção especial por parte da sociedade e do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990, estabelece o princípio da proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. No entanto, muitos desafios persistem.

Entre os principais obstáculos à inclusão plena estão:

- Trabalho infantil: segundo dados do IBGE, milhões de crianças ainda são exploradas economicamente, especialmente em áreas rurais e urbanas periféricas.

- Violência: altos índices de violência doméstica, abusos sexuais e homicídios entre adolescentes, principalmente negros e moradores de periferia

- Acesso à educação: apesar da universalização do ensino fundamental, a qualidade da educação é desigual, com altas taxas de evasão escolar no ensino médio.

- Saúde e nutrição: a desnutrição crônica ainda afeta crianças em situação de pobreza extrema, ao lado da crescente obesidade infantil em outros grupos.

O principal desafio sociopolítico é garantir políticas públicas eficazes, articuladas e permanentes que promovam o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, respeitando suas especificidades territoriais, sociais e culturais.

Idosos: envelhecimento populacional e direitos negligenciados

Com o avanço da medicina e a melhoria das condições de vida, a população brasileira está envelhecendo. Segundo projeções do IBGE, até 2030 haverá mais idosos do que crianças no Brasil. Esse processo exige políticas públicas específicas para garantir o envelhecimento com dignidade.

Apesar da existência do Estatuto do Idoso, de 2003, os direitos dessa população são frequentemente desrespeitados:

- Acesso limitado à saúde pública especializada em geriatria;
- Violência doméstica e institucional, muitas vezes invisibilizada;
- Isolamento social e abandono afetivo;
- Preconceito etário (etetarismo), que impede sua participação ativa na sociedade;
- Baixa renda, especialmente entre idosos que vivem apenas com benefícios da previdência social.

O desafio sociopolítico está em transformar o envelhecimento em uma pauta de inclusão: ampliar os serviços de atenção básica à saúde, criar espaços de convivência, garantir mobilidade urbana acessível e fomentar políticas de proteção contra abusos e negligência.

LGBTQIA+: direitos, reconhecimento e resistência

A população LGBTQIA+ enfrenta exclusão histórica e violência cotidiana no Brasil. Dados do Atlas da Violência e de ONGs como Grupo Gay da Bahia revelam que o país lidera rankings de homicídios de pessoas LGBTQIA+, especialmente travestis e mulheres trans.

Os principais desafios incluem:

- Violência física e simbólica, muitas vezes institucionalizada;
- Discriminação no mercado de trabalho, saúde e educação;
- Ausência de políticas públicas específicas e representatividade política limitada;
- Invisibilidade de identidades não normativas, como pessoas intersexo e pessoas sexuais.

Apesar de avanços jurídicos, como o reconhecimento da união homoafetiva e a criminalização da LGBTfobia pelo STF, a efetivação desses direitos esbarra na resistência de setores conservadores e na ausência de políticas públicas estruturadas.

A inclusão sociopolítica passa pela educação para a diversidade, o combate à discriminação institucional e o fortalecimento de redes de proteção e acolhimento.

Pessoas com deficiência: acessibilidade como direito

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status constitucional, estabeleceu a inclusão plena como um direito humano. No entanto, as barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais são imensas.

Desafios centrais incluem:

- Falta de acessibilidade em espaços públicos e transporte;
- Discriminação no ambiente escolar e no mercado de trabalho;
- Dificuldades de acesso a tecnologias assistivas e atendimento especializado;
- Invisibilidade política e representatividade reduzida.

O capacitismo, forma de preconceito baseada na ideia de que pessoas com deficiência são inferiores ou incapazes, ainda é naturalizado em muitos espaços. A inclusão só será possível com políticas públicas intersetoriais, investimentos em acessibilidade universal e mudança cultural.

Pessoas em situação de rua: existência negada

A população em situação de rua representa uma das faces mais extremas da exclusão social. Trata-se de pessoas que vivem nas ruas por falta de moradia e vínculos familiares, geralmente em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade.

Desafios urgentes:

- Falta de políticas habitacionais voltadas a esse público;
- Estigma e criminalização social;
- Acesso precário à saúde, higiene e alimentação;
- Violência urbana e policial.

Apesar da existência de Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP), o atendimento ainda é insuficiente. A ausência de uma política habitacional estruturada, somada à precariedade dos serviços de assistência social, impede avanços significativos.

Incluir essa população significa oferecer mais que abrigo: é necessário garantir cidadania, emprego, cuidados de saúde e apoio psicológico.

Povos indígenas e comunidades quilombolas: resistência e território

Povos indígenas e quilombolas são sujeitos coletivos de direito, reconhecidos pela Constituição de 1988. No entanto, enfrentam dificuldades históricas para o exercício pleno desses direitos.

Entre os principais desafios:

- Demarcação de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas: processos lentos, judicializados e frequentemente paralisados.
- Violência no campo: invasões, assassinatos e conflitos com grandes empreendimentos econômicos.
- Acesso precário à saúde, educação intercultural e infraestrutura básica.
- Racismo estrutural e negamento cultural.

As políticas de inclusão para esses povos devem considerar suas especificidades culturais, linguísticas e cosmológicas. Isso exige diálogo intercultural, respeito à autonomia e fortalecimento de políticas afirmativas.

Inclusão como projeto político de sociedade

Incluir os grupos vulnerabilizados é muito mais do que oferecer assistência pontual. Trata-se de um projeto político de transformação da sociedade brasileira, com base no respeito à diversidade, na justiça social e na garantia de direitos universais e específicos.

Os desafios são muitos, mas a solução passa por ações concretas: fortalecer o papel do Estado na promoção de políticas públicas intersetoriais, garantir financiamento adequado, promover educação cidadã e combater todas as formas de discriminação.

Em um país com tantas desigualdades históricas, promover a inclusão sociopolítica dos grupos vulnerabilizados não é um favor, mas uma obrigação constitucional e um compromisso ético com a democracia. Nos concursos públicos e na atuação profissional, compreender essa realidade é fundamental para contribuir com uma administração pública mais justa, inclusiva e eficiente.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CONCENTRAÇÃO DA RENDA E RIQUEZA

O Estado na década de 1970¹

A década de 1970 foi marcada por uma intensa participação do Estado na economia em todo o mundo, especialmente no Brasil. Isso se deu, em grande parte, em virtude de empresas públicas oferecerem infraestrutura para o setor privado. O Estado brasileiro durante 50 anos (1930–1970) criou e absorveu empresas do setor privado por vários motivos, como nacionalismo econômico, socorro a empresas privadas, recursos insuficientes por parte do setor privado em setores estratégicos da economia nacional e riscos elevados em investimentos de infraestrutura com grandes períodos de maturação.

Martins (1985) aponta que a participação do Estado brasileiro na economia durante a década de 1970 foi caracterizada por um movimento de forças centrípetas – de concentração de recursos no governo federal – e de forças centrífugas – de disseminação de agências e empresas independentes e relativamente autônomas para a alocação dos recursos supramencionados. Conforme o autor, somente de 1971 a 1976 foram criadas 131 empresas estatais, sendo 67 pela União, 59 pelos estados e 5 pelos municípios.

Havia cerca de 300 empresas estatais, somente no âmbito federal, em 1979. Essas empresas variavam desde bancos até siderúrgicas, empresas de petróleo, hotéis e outros setores. Segundo Pêgo Filho et al. (1999), entre 1970 e 1981, a poupança bruta do setor produtivo estatal federal correspondeu a 3,68% do PIB, em média, representando 18,68% de toda a poupança bruta do setor privado.

Além disso, a década de 1970 caracterizou-se como um período de déficit público elevado para o equilíbrio macroeconômico e de níveis de inflação acima do que seria desejado. Ademais, o expansionismo estatal levou a grandes projetos de infraestrutura sob a responsabilidade do Estado, o que exigiu montantes de capital para a sua implementação.

A partir da primeira e, principalmente, da segunda crise do petróleo em 1973 e 1978, respectivamente, houve uma deterioração das contas públicas da maioria dos países, gerando graves desequilíbrios macroeconômicos. Nesse contexto, o Estado brasileiro perdeu praticamente toda sua capacidade de investimento, o que adveio do progressivo endividamento público. No âmbito microeconômico, ocorreu uma forte contração dos empréstimos e financiamentos externos a empresas nacionais, tanto estatais quanto privadas. As empresas estatais, portanto, não possuíam mais recursos disponíveis para grandes empreendimentos de infraestrutura. Essa redução de despesa implicou uma deterioração do estoque de capital em infraestrutura e, conseqüentemente, gerou estrangulamentos em setores importantes para a retomada do desenvolvimento econômico.

Em vários países, a reação às crises da década de 1970 foi seguida por processos de reforma do Estado, com a diminuição de seu papel como provedor de infraestrutura, gerando uma onda de privatizações e concessões ao setor privado. Na Grã-Bretanha, o lema tornou-se o *rolling back the State* durante o governo Thatcher quando, além das privatizações, foram disseminados contratos de desempenho para os prestadores de serviços de infraestrutura ou de utilidade pública (MACEDO; ALVES, 1997). Na Nova Zelândia, considerado um dos países com reformas mais radicais, foram implementadas grandes mudanças macroeconômicas, com um agressivo programa de privatizações, além da terceirização de várias atividades estatais (CARVALHO, 1997).

A estratégia das privatizações surgiu como tentativa de ajuste nas contas públicas, por meio da venda de ativos produtivos do Estado, seja para redução do estoque da dívida pública, seja para redução da demanda de recursos fiscais para gastos em infraestrutura. Dessa forma, uma das principais justificativas para a privatização, no âmbito macroeconômico, foi o ajuste fiscal. Mais empresas privadas significavam, igualmente, maior arrecadação tributária para o governo, o que também poderia contribuir para a melhora das contas públicas. No plano microeconômico, as privatizações foram justificadas pelos ganhos de eficiência das empresas sob o controle privado e sua maior capacidade de investir. Giambiagi e Além (2000) apontam que não se pode garantir maior eficiência apenas pela transferência ao setor privado, não havendo diferenças significativas entre ambos, sendo que o principal contraste é que as empresas estatais também têm um papel importante na política econômica do governo.

No Brasil, pode-se identificar três fases da privatização (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 1997):

a) Década de 1980 – A primeira fase se deu por um processo de reprivatizações, com o objetivo de sanear a carteira do BNDES, o que ocorreu sem a privatização de grandes empresas estatais. Essa fase permitiu ao BNDES adquirir know-how para se tornar o principal agente de privatizações posteriormente.

b) De 1990 a 1995 – Em 1990, foi lançado o Plano Nacional de Desestatização (PND). Nessa fase ocorreu a venda de empresas tradicionalmente estatais, além da privatização de setores inteiros. A privatização significava ainda uma peça importante na estratégia do governo de ajuste macroeconômico. Grandes empresas, como a Usiminas, escolhida para inaugurar o processo, foram privatizadas.

c) A partir de 1995 – Em 1995 foi aprovada a Lei de Concessões, estabelecendo regras para a exploração de serviços públicos pelo setor privado, abrindo caminho para um processo de maciça privatização, principalmente nos setores de infraestrutura e serviços públicos, como telecomunicações e energia elétrica.

Com a privatização dos serviços públicos, a partir de 1995, foi necessário um esquema de regulação das empresas privadas que atendiam aos cidadãos, pois, a despeito de ser de iniciativa privada, os serviços públicos têm que ser garantidos pelo Estado. O Estado simplesmente delega os serviços públicos ao setor privado sob condições e prazos acordados, tendo o setor privado a obrigação de investimentos previamente definidos (MOREIRA; CARNEIRO, 1994).

1 ARAÚJO, Wagner Frederico Gomes de. As estatais e as parcerias público-privadas: o Project Finance como estratégia de garantia de investimentos em infraestrutura e seu papel na reforma do estado brasileiro. in: PRÊMIO DEST MONOGRAFIAS: EMPRESAS ESTATAIS. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, DF. 2009 - Adaptado

SAÚDE

CONCEITO DE SAÚDE E PROCESSO SAÚDE-DOENÇA; DETERMINANTES E CONDICIONANTES DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA

O processo de saúde¹ é discutido e posto como qualidade de vida das pessoas (Carta de Ottawa, 1986), tendo como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. A saúde como processo dinâmico de bem estar físico, mental e social (adaptação do conceito da OMS) estabelece novas perspectivas epidemiológicas sobre a saúde populacional. Uma das mais inovadoras e transcendentais pelo seu caráter integrador e de repercussão internacional nas políticas de saúde pública foi a perspectiva canadense de Lalonde e Laframboise (1974), que definiu um marco compreensivo para a análise da situação de saúde e a gestão sanitária. No modelo de Lalonde, os fatores condicionantes da saúde na população estão localizados em quatro grandes dimensões da realidade, denominadas “campos da saúde”:

- A biologia humana, que compreende a herança genética, o funcionamento dos sistemas internos complexos e os processos de maturação e envelhecimento.

- O ambiente, que compreende os meios físico, psicológico e social.

- Os estilos de vida, que compreendem a participação laboral, em atividades recreativas e os padrões de consumo.

- A organização dos sistemas de saúde, que compreende os aspectos preventivos, curativos e recuperativos.

O Modelo dos Campos da Saúde colocou em evidência, no plano político e acadêmico, a importância de considerar uma visão mais holística ou integral da saúde pública. Os postulados centrais na proposta de Lalonde destacam que:

- A forma como é organizada ou deixam de se organizar os sistemas de saúde é um elemento-chave para a presença ou ausência de doença na população ;

- A prestação de serviços de atenção à saúde, o investimento tecnológico e tratamentos médicos não são suficientes para melhorar as condições de saúde da população;

- Os múltiplos fatores que determinam o estado de saúde e a doença na população transcendem à esfera individual e são projetados ao coletivo social.

A partir das reflexões de Lalonde, foram observados importantes avanços da epidemiologia na busca de causas da doença, além do indivíduo, na comunidade e no sistema sociopolítico.

Na tarefa para integrar as dimensões biológicas, socioeconômicas e políticas ao foco epidemiológico, começa-se a reconhecer então o surgimento de um novo paradigma: a ecoepidemiologia (Susser e Susser, 1996), que dá ênfase à interdependência dos indivíduos ante o contexto biológico, físico, social, econômico e histórico em que vivem e, portanto, estabelece a necessidade de examinar múltiplos níveis de organização, tanto no indivíduo como fora dele, para a exploração de causalidade em epidemiologia.

Sob esse paradigma, os fatores determinantes de saúde e doença da população ocorrem em todos os níveis de organização, desde o microcelular até o macro ambiental, e não unicamente no nível individual. Além disso, os determinantes podem ser diferentes em cada nível e, ao mesmo tempo, os diferentes níveis estão inter-relacionados e influenciam mutuamente a ação dos fatores causais em cada nível. O risco de infecção de um indivíduo, por exemplo, está ligado à prevalência dessa infecção nos grupos humanos que o rodeiam; a prevalência do uso de drogas em um bairro também influencia o risco de o vizinho também vir a fazer uso de drogas. Desse modo, a doença na população, sob o paradigma ecoepidemiológico, é atribuída à complexa interação multinível dos determinantes da saúde.

Os determinantes da saúde conformam, assim, um modelo multinível que reconhece o conceito de que o risco epidemiológico é determinado individualmente, tanto histórica como socialmente. A relação entre os determinantes da saúde e o estado de saúde é, por isso, complexa e envolve muitos níveis da sociedade que, como foi indicado, atinge desde o nível microcelular até o macro ambiental.

1 . . Organização Pan-Americana da Saúde. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 1: apresentação e marco conceitual. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010

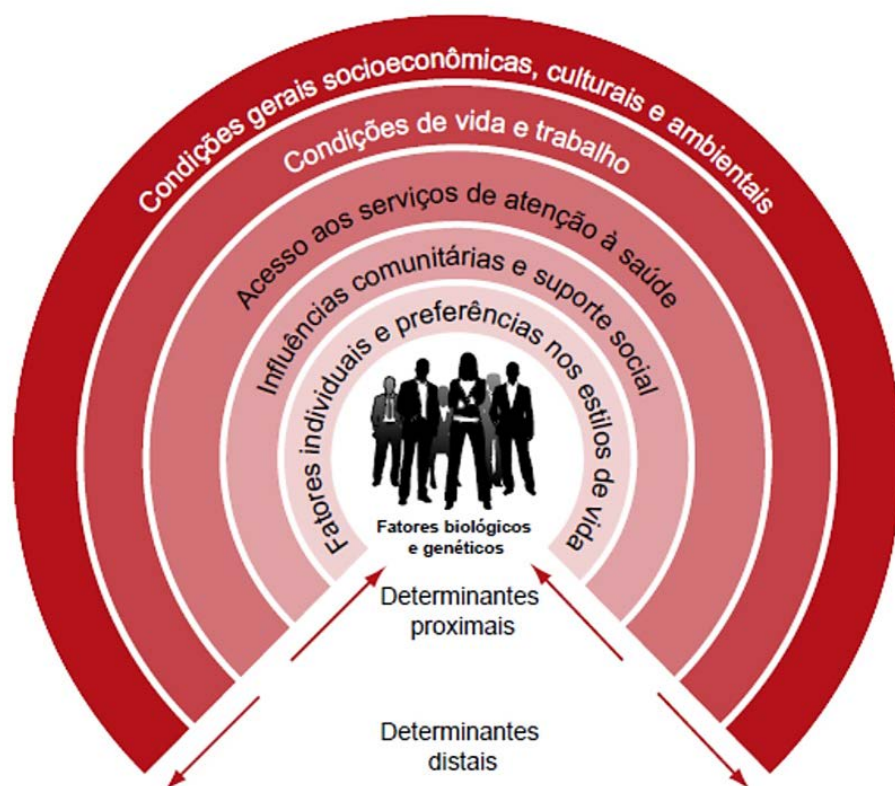


Figura 1: Traduzido e modificado de: Dahlgren & Whitehead, 1991²

Como está ilustrado, existe uma ampla categoria de determinantes da saúde, desde os determinantes proximais ou microdeterminantes, associados a características do nível individual, até os determinantes distais ou macrodeterminantes, associados a variáveis dos níveis de grupo e sociedade, isto é, populações.

— Determinantes Sociais e Políticas Públicas

O setor Saúde não é o gestor das políticas de saneamento básico ou ambiental, mas deve participar da formulação dessas políticas, o que significa colaborar na definição das estratégias de atuação daqueles setores, em cada esfera de governo, especialmente pela identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde da população, pela disponibilização de informações epidemiológicas e ainda pela execução de ações de saneamento típicas do setor Saúde, tais como o controle de vetores, da poluição sonora, da qualidade do ar e da água de consumo humano e dos ambientes físicos de utilização coletiva, das emissões eletromagnéticas, monitoramento do destino dos efluentes líquidos domésticos e do lixo hospitalar, colaboração com a proteção do meio ambiente e do ambiente de trabalho, dentre outros.

A saúde é um direito humano fundamental e a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde. (CONASS)

A maior parte da carga mundial de morbidade e as causas principais das iniquidades em saúde, que se encontram em todos os países, surgem das condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem. Estas condições são conhecidas como Determinantes Sociais de Saúde (DSS) e incluem os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da saúde. (CONASS)

— DSS - Conceito e Exemplos

A saúde permeia as áreas de atuação da administração pública dos municípios, estados e nação.

Assim, compreende-se então que **Determinantes Sociais de Saúde** são fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e de comportamento que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. **Exemplos de DSS:** alimentação, saneamento básico, educação, emprego e renda (condições de trabalho), habitação (moradia ade-

2. . Organização Pan-Americana da Saúde. *Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 1: apresentação e marco conceitual*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010

quada), lazer (no modo como nos divertimos), meio ambiente (preservação dos recursos naturais e do meio ambiente - mares, rios, lagos, florestas etc.), transporte, acesso a serviços de saúde (na organização dos serviços de saúde), liberdade, acesso e posse da terra, valorização das culturas locais, participação popular, dever do governo de melhorar as condições de vida do povo.

Os Determinantes Sociais de Saúde, atualmente denominados por alguns como **condicionantes**, são definidos como as condições nas quais as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem e que influenciam suas oportunidades à saúde, doença e expectativa de vida. Vários modelos foram construídos, procurando demonstrar a rede de relações entre os determinantes sociais e a situação de saúde.

Sua base conceitual foi definida pela Comissão Nacional dos Determinantes Sociais em Saúde (CNDSS, 2008), por meio do modelo de determinação social da saúde proposto por Dahlgren e Whitehead (apud CARVALHO; BUSS, 2008), sintetizado na Figura 2 a seguir.



Figura 2 - Determinantes sociais de saúde: Modelo de Dahlgren e Whitehead

Esse modelo estratifica os determinantes sociais de saúde em camadas, de acordo com seu nível de abrangência, dos determinantes individuais até os macrodeterminantes. Na base do desenho, a organização do modelo prevê os indivíduos, com suas características individuais, como sexo, idade e fatores genéticos, interferindo em seu potencial e sua condição de saúde.

Na camada intermediária, identificamos o comportamento e os estilos de vida individuais. Na camada seguinte, situam-se os fatores relacionados às condições de vida e de trabalho, a disponibilidade de alimentos, o acesso a ambientes saudáveis e serviços essenciais, como saúde e educação.

Por fim, o último nível apresenta aqueles que são considerados os “macrodeterminantes”, que estão relacionados às condições socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade. Nesse nível, estão incluídos também determinantes supranacionais, como o modo de produção e consumo de uma cidade, um estado ou país e o processo de globalização. Essas condições são as que geram uma estratificação econômico-social dos indivíduos e grupos populacionais, posicionando-os em camadas sociais distintas e provocando diferenças de saúde.

PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE

A promoção da saúde é uma abordagem fundamental na saúde pública que visa melhorar a saúde e o bem-estar das populações, indo além da simples prevenção de doenças. A promoção da saúde busca capacitar indivíduos e comunidades para que possam exercer maior controle sobre seus determinantes de saúde, criando condições favoráveis para uma vida saudável.

► Conceitos de Promoção da Saúde

Definição de Promoção da Saúde

A promoção da saúde pode ser definida como o processo de capacitar as pessoas para aumentar o controle sobre sua saúde e melhorá-la. De acordo com a Carta de Ottawa (1986), um dos documentos mais influentes na área, a promoção da saúde envolve a criação de condições políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais e comportamentais que favoreçam a saúde. A promoção da saúde não se limita à prevenção de doenças, mas abrange a melhoria do bem-estar geral, incluindo a saúde física, mental e social.

Determinantes da Saúde

A promoção da saúde é baseada no conceito de determinantes da saúde, que são fatores que influenciam as condições de vida e de trabalho das pessoas e, consequentemente, sua saúde. Esses determinantes incluem:

- **Determinantes Sociais:** Educação, renda, emprego, status social, apoio social e segurança alimentar.
- **Determinantes Ambientais:** Condições do ambiente físico, como qualidade do ar, água potável, saneamento básico, e habitação.
- **Determinantes Econômicos:** Distribuição de renda, oportunidades econômicas e acesso a recursos.
- **Determinantes Culturais:** Valores, tradições, e crenças que influenciam os comportamentos de saúde.

A promoção da saúde trabalha para melhorar esses determinantes e, assim, criar ambientes e condições que permitam às pessoas viver de forma mais saudável.

Saúde como um Direito Humano

Um dos princípios centrais da promoção da saúde é a visão da saúde como um direito humano fundamental. Isso implica que todos os indivíduos têm direito a condições de vida que lhes permitam alcançar o máximo potencial de saúde. Esse conceito se alinha com os princípios da equidade e justiça social, que são essenciais na promoção da saúde.

► Estratégias de Promoção da Saúde

A promoção da saúde utiliza uma variedade de estratégias que visam influenciar tanto os indivíduos quanto as comunidades e as políticas públicas. As principais estratégias incluem:

Educação em Saúde

- **Objetivo:** A educação em saúde busca capacitar os indivíduos com conhecimento e habilidades para tomar decisões informadas sobre sua saúde. Isso inclui a conscientização sobre comportamentos de risco, como tabagismo, consumo de álcool, e alimentação inadequada, bem como a promoção de práticas saudáveis, como atividade física regular e alimentação balanceada.

- **Aplicação:** A educação em saúde pode ser implementada em escolas, locais de trabalho, comunidades e serviços de saúde, utilizando uma variedade de meios, incluindo palestras, campanhas de mídia, materiais educativos e programas de treinamento.

Criação de Ambientes Favoráveis à Saúde

- **Objetivo:** Essa estratégia visa modificar os ambientes físicos, sociais e econômicos para que eles promovam a saúde e a segurança. Isso pode incluir desde o desenvolvimento urbano que facilita a prática de atividades físicas, como ciclovias e parques, até políticas que incentivem a alimentação saudável, como a regulamentação da venda de alimentos na escola.

- **Aplicação:** A criação de ambientes saudáveis requer a colaboração entre diferentes setores, incluindo saúde, educação, planejamento urbano e transporte. Exemplos incluem a implementação de áreas livres de tabaco, promoção de segurança no trânsito, e o desenvolvimento de infraestrutura para facilitar o acesso à água potável e ao saneamento básico.

Reforço da Ação Comunitária

- **Objetivo:** A promoção da saúde de comunidade envolve mobilizar e capacitar as comunidades para que possam identificar e resolver seus próprios problemas de saúde. Isso inclui fortalecer as redes sociais e apoiar iniciativas comunitárias que promovam a saúde.

- **Aplicação:** O reforço da ação comunitária pode ser realizada por meio da formação de comitês de saúde, grupos de apoio, programas de desenvolvimento comunitário e parcerias entre organizações locais. A participação ativa da comunidade na identificação de problemas e na implementação de soluções é crucial para o sucesso dessa estratégia.

Desenvolvimento de Políticas Públicas Saudáveis

- **Objetivo:** Influenciar a formulação de políticas públicas que promovam a saúde é uma estratégia central na promoção da saúde. Isso envolve incorporar a saúde em todas as políticas governamentais e garantir que as políticas em áreas como transporte, educação, habitação e meio ambiente contribuam para a saúde e o bem-estar da população.

- **Aplicação:** Exemplos de políticas públicas saudáveis incluem leis antifumo, impostos sobre bebidas açucaradas, políticas de incentivo ao transporte ativo (caminhada e ciclismo), e regulamentações que garantam a segurança alimentar e a proteção ambiental.

Reorientação dos Serviços de Saúde

- **Objetivo:** A reorientação dos serviços de saúde para a promoção da saúde envolve a mudança do foco dos serviços de saúde, que tradicionalmente se concentram no tratamento de doenças, para a prevenção e promoção da saúde. Isso requer a integração de estratégias de promoção da saúde em todos os níveis do sistema de saúde, desde a atenção primária até a saúde especializada.

- **Aplicação:** Exemplos incluem a implementação de programas de promoção da saúde nos serviços de atenção primária, o treinamento de profissionais de saúde em práticas de promoção da saúde, e a inclusão de atividades preventivas em rotinas de atendimento médico.

Ações Intersetoriais

- **Objetivo:** As ações intersetoriais visam integrar esforços entre diferentes setores e disciplinas para abordar os determinantes sociais da saúde de maneira holística. A promoção da saúde é mais eficaz quando é o resultado de colaborações entre saúde, educação, transporte, meio ambiente e outros setores.